



NOVA
FRIBURGO

SECRETARIA DE FINANÇAS,
PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E GESTÃO

PROCESSO Nº 15.670/2021

RUBRICA: _____ FOLHA: _____



NOVA FRIBURGO

P R E F E I T U R A

PREGÃO ELETRÔNICO 049/2022

OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de impressão (*outsourcing de impressão*) na modalidade franquias de páginas mais excedente pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, incluídos a disponibilização de equipamentos novos, de primeiro uso, em linha de produção, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, fornecimento de software de monitoramento remoto e gerenciamento dos equipamentos, e contabilização e de bilhetagem, peças e suprimentos para atender as necessidades da Prefeitura de Nova Friburgo, conforme especificações contidas no termo de referência – anexo I deste edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 20/05/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2022

ÍNDICE

1. PREÂMBULO	4
2. OBJETO	4
3. PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO	5
4. PREÇO ESTIMADO	5
5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	5
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	7
7. PARTICIPAÇÃO DE ME'S/EPP'S E EQUIPARADAS	7
8. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME	8
9. REVISÃO DE PREÇOS	9
10. ENVIO DAS PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	10
11. - ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	12
12. - ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS	12
13. MODO DE DISPUTA E FORMULAÇÃO DE LANCES	13
14. DOS BENEFÍCIOS DAS ME'S, EPP'S E EQUIPARADAS, NA FASE DE JULGAMENTO	15
15. NEGOCIAÇÃO	15
16. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA MELHOR CLASSIFICADA	15
17. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	16
18. HABILITAÇÃO JURÍDICA	17
19. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA	18
20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	19

21. RECURSOS	19
22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	20
23. INSTRUMENTO DE AJUSTE.....	23
24. FORMA E LOCAIS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	24
25. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	28
26. DA VISTORIA	35
27. CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL.....	35

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049 / 2022

1. PREÂMBULO

Torna-se público para conhecimento dos interessados que o MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, sediado na Av Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo, RJ, realizará licitação, com participação **AMPLA**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE** nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, e do Decreto Municipal 599/2020, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Complementar nº 123/06, bem como considerando as alterações promovidas no Sistema Comprasnet SIASG pelo Decreto Federal nº 10.024/2019.

Data da sessão: 20/05/2022

Horário: 10:00 (Horário de Brasília)

Local: Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras>

UASG: 985867

1.1. - ANEXOS DO EDITAL

Integram este edital os seguintes Anexos:

I – Termo de Referência

II – Planilha Orçamentária

III – Modelo de Proposta de Preços

IV – Minuta de Contrato

V – Declaração Unificada

2. OBJETO

2.1 - O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para prestação de SERVIÇOS DE IMPRESSÃO (*OUTSOURCING DE IMPRESSÃO*) na modalidade franquia de páginas mais excedente pelo prazo de 24 (vinte e quatro)

meses, incluídos a disponibilização de equipamentos novos, de primeiro uso, em linha de produção, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, fornecimento de software de monitoramento remoto e gerenciamento dos equipamentos, e contabilização e de bilhetagem, peças e suprimentos para atender as necessidades da Prefeitura de Nova Friburgo, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital.

2.2 - No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e no Sistema Comprasnet SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

3. PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

3.1 - O prazo da prestação de serviço será de 24 (vinte e quatro) meses, conforme Termo de Referência, ANEXO I deste edital.

3.2 - O prazo determinado para início dos serviços poderá ser prorrogado, desde que ocorra comprovadamente algum dos motivos elencados no §1º do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.3 - O contrato decorrente da licitação poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação decorrente desta licitação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, na forma prevista no inciso II do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

4. PREÇO ESTIMADO

4.1 - O preço global estimado da presente licitação é R\$ 6.072.240,00 (seis milhões, setenta e dois mil e duzentos e quarenta reais), conforme PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – ANEXO II deste Edital.

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 - As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e

programa de trabalho próprios de cada Secretaria e/ou Unidade Requisitante, conforme especificado a seguir:

SECRETARIA	PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS
Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude. (IGD-PBF)	36001.0812200012.027	339040	11
Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude. (Serviço PAEFI-CREAS)	36001.0824300232.037	339040	10
Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude. (Manutenção Casa de Acolhimento Vila Sorriso)	36001.0824300242.035	339040	10
Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude. (Manutenção dos Conselhos)	36001.0812200112.023	339040	01
Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude. (Manut. Infra. De Serv. Equip. e Ativ. Adm.)	36001.0812200022.360	339040	01
Fundo Municipal de Saúde (Vigilância em Saúde)	30001.1030200762.197	339040	07 E 23
Fundo Municipal de Saúde (Unidade Básicas de Saúde)	30001.1030100872.316	339040	07 E 23
Fundo Municipal de Saúde (Estratégias de Saúde da Família)	30001.1030100872.318	339040	07 E 23
Fundo Municipal de Saúde (Hospital Municipal Raul Sertã)	30001.1030200702.188	339040	07 E 23
Fundo Municipal de Saúde (Hospital Maternidade)	30001.1030200702.189	339040	07 E 23
Fundo Municipal de Saúde (Secretaria Municipal de Saúde e Almoxarifado)	30001.1012200012.313	339040	07 E 23
Fundo Municipal de Saúde (Conselho Municipal de Saúde)	30001.1012500752.315	339040	07 E 23
Fundo Municipal de Saúde (CAPS)	30001.1030200872.327	339040	07 E 23
Fundo Municipal de Saúde (Central de Regulação e Programa de Tratamento Fora do Domicílio)	30001.1030200702.319	339040	07 E 23
Fundo Municipal de Saúde (CEREST)	30001.1030200762.332	339040	07 E 23
Fundo Municipal de Saúde (Melhor em Casa)	30001.1030200872.325	339040	07 E 23
Secretaria Municipal de Educação	22002.1236100052.333	339040-01	01 E 03
Secretaria Municipal de Educação	22003.1236500052.333	339040-01	01 E 03
Secretaria Municipal de Educação	22004.1236500052.333	339040-01	01 E 03
Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão.	70010.0412600052.383	339040	00
Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município	41001.0412200012.002	339040	13
Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana	31001.0412200012.002	339040	13

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 - Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem às seguintes exigências:

6.1.1- Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa;

6.1.2- Estejam regularmente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no sítio <https://www.gov.br/compras>.

6.1.3- Disponham de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do sistema Comprasnet SIASG para sua correta utilização;

6.1.4- Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

6.1.4-1. Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

6.1.5- Atendam às condições exigidas neste Edital e em seus Anexos.

7. PARTICIPAÇÃO DE ME'S/EPP'S E EQUIPARADAS

7.1 – Poderão participar, ainda, as empresas que cumpram os requisitos legais para efeito de qualificação como **MICROEMPRESA** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** ou **EQUIPARADAS**, e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando aptas a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 49 da mencionada Lei, não

havendo fatos supervenientes impeditivos da participação no presente certame e que atendam, ainda, aos requisitos especificados nos subitens 6.1.1 a 6.1.5.

7.2 - As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico tal condição, ostentando os requisitos previstos no referido dispositivo legal, em especial quanto ao seu artigo 3º.

8. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

8.1 - Não poderão concorrer neste Pregão as sociedades empresariais e empresários:

8.1.1 - **Suspensas temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração Municipal**, nos termos do inciso III, do artigo 87, da Lei 8ederal 8.666/93, ou do artigo 7º da Lei Federal nº10.520/02;

8.1.2 - **Impedidas de participar da licitação**, nos termos do inciso IV, do art.87 da Lei Federal n.º 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;

8.1.3 - **Na forma de cooperativas ou em consórcio de empresas ou grupo de empresas**, qualquer que seja a sua forma de constituição;

8.1.4 - Sociedades empresárias que estiverem **em concordata, em recuperação judicial, recuperação extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial**.

8.1.4.1 - **Será permitida** a participação de empresa em recuperação judicial **com plano de recuperação homologado** pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

8.1.5 - **Sociedade empresária ou empresário** proibido de contratar como Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, § 8º, V, da Lei Federal nº 9.605/98 (Lei

dos Crimes Ambientais);

8.1.6 - Empresário ou sociedade empresária cujos sócios majoritários, nos termos do art. 12, inciso III, da Lei nº 8.429/92, estiverem proibidos de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica (**Lei da Improbidade Administrativa**);

8.1.7 - Que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III do artigo 9º da Lei Federal nº8.666/93.

8.1.7.1 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório;

8.1.8 - Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

8.1.9 - Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

8.2 - Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

9. REVISÃO DE PREÇOS

9.1 O período de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do início da prestação dos serviços, podendo ser renovado por mais 12 meses, de modo a permitir a amortização completa do ativo e consequentemente a redução dos custos unitários por página ou de acordo com a legislação vigente.

9.2 A contratação em questão refere-se a um serviço continuado de outsourcing de

impressão. Por força do inciso II do art. 57 da Lei 8666/93.

9.3 Haverá anualmente análise de reequilíbrio financeiro com a verificação do valor de mercado e manutenção da economicidade e vantajosidade para a continuidade do contrato. Neste entendimento, será utilizado o índice acumulado dos últimos 12 meses no mês de vencimento pelo menor percentual entre IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) ou INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). A calcular $R\$ Y \times (1 + B) = R\$ Y \times 1, B = R\$ X$.

Y – Valor a ser corrigido

B – Índice acumulado 12 meses

X – Valor reajustado.

10. ENVIO DAS PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico Comprasnet-SIASG, **suas respectivas propostas com a descrição do objeto e os preços ofertados, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos** no edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

10.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.3 Além de outras informações demandadas pelo sistema eletrônico, deverão consignar que compreendem a descrição dos produtos ofertads, os preços unitários e totais dos itens para os quais pretende oferecer proposta, de acordo com o TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital; que a proposta formulada está compatível com o edital e seus anexos; o prazo de fornecimento do objeto, contado do recebimento da solicitação do Município de Nova Friburgo; o prazo de validade da proposta comercial.

10.4 No momento de inserção da proposta, a licitante deverá registrar

correlatamente as seguintes situações:

10.4.1 Manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a **Declaração de Elaboração Independente de Proposta;**

10.4.2 Declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que **cumprе plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com** as exigências desse **Edital e do Termo de Referência;**

10.4.3 **Declarar**, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, **que não emprega menores de dezoito anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;

10.4.4 **Declarar** em campo próprio do sistema eletrônico, **caso esteja enquadrada na condição de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP)**, que ostenta os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, **para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.**

10.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

10.6 O prazo de validade da proposta comercial será de 90 (noventa) dias contados da data limite para apresentação das propostas.

10.7 Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso, persista o interesse do Município este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

10.8 Qualquer elemento que possa identificar a licitante, antes da finalização da etapa de lances, importará na desclassificação da proposta. Desse modo, antes de encerrada a fase de lances, as participantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar à identificação da licitante, por outros meio, que não, através do sistema Comprasnet SIASG, na forma do item 10.1 deste edital. A título

de esclarecimento informamos que o pregoeiro só tem acesso aos documentos anexados na forma do item 10.1 após encerrada a etapa de lances.

10.9 Até a data e horário marcados para a abertura da sessão da licitação, as licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e os documentos de habilitação anteriormente encaminhados, sendo que esta possibilidade automaticamente inviabilizada logo após findado este período.

11. - ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1 A abertura da sessão pública deste PREGÃO ELETRÔNICO, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

11.2 A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (chat).

11.3 Cabe à licitante acompanhar as operações e convocações durante a sessão pública até o encerramento definitivo no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

12. - ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1 - Como critério para a análise da conformidade das propostas serão observados os requisitos do TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I e do MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO III deste edital.

12.2 - O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

12.3 - A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, sendo acompanhada, em tempo real, por todos os participantes.

12.4 - Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de

lances.

12.5 - Como critério de julgamento das propostas, será adotado o de MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

12.6 - Como critério de aceitabilidade de preços das propostas serão adotados os preços unitários estimados, ou seja, após a fase de lances não serão aceitas propostas cujo(s) preço(s) unitário(s) seja(m) superior(es) ao(s) estimado(s) na PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – ANEXO II deste edital.

13. MODO DE DISPUTA E FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1 - Será adotado neste pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

13.2 - Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

13.3 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15(quinze) minutos. Decorrido esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

13.4 - Encerrado o prazo previsto no item 13.3, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10(dez) por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

13.5 - Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

13.6 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema

ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

13.7 - Não havendo lance final classificado nas formas estabelecidas nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

13.8 - Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

13.9 - Para fins da apresentação dos lances durante a sessão pública da licitação, o valor a ser considerado é o menor preço por item.

13.10 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

13.11 - As licitantes somente poderão ofertar lances inferiores ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

13.12 - As licitantes poderão, ainda, apresentar lances iguais ou superiores ao lance melhor classificado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.

13.13 - Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.

13.14 - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

13.15 - Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível.

13.16 - Ao final da etapa competitiva, serão aplicados, caso necessário, os critérios de desempate previstos no § 2º do art.3º da Lei Federal nº8.666/93.

13.17 - Permanecendo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema

eletrônico dentre as propostas empatadas.

14. DOS BENEFÍCIOS DAS ME'S, EPP'S E EQUIPARADAS, NA FASE DE JULGAMENTO

14.1 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada e houver proposta apresentada por uma dessas em valor até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

14.2 - A microempresa, a empresa de pequeno porte ou equiparada, mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, após convocação do pregoeiro, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão;

14.3 - Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma

15. NEGOCIAÇÃO

15.1 - Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro deverá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, por item, para que seja obtida a melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

15.2 - A negociação será realizada por meio do sistema Comprasnet SIASG, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

16. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA MELHOR CLASSIFICADA

16.1 - O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à

compatibilidade do preço com o valor estimado para a contratação.

16.2 - A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta comercial, com os respectivos valores readequados ao valor total vencedor, no prazo de 2 (duas) horas, contados do encerramento da solicitação do pregoeiro.

16.3 - Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços praticados no mercado acrescidos dos respectivos encargos.

16.4 - O pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de funcionários pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Nova Friburgo para orientar sua decisão.

16.5 - Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

16.6 - Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será considerada a classificada.

16.7 - Conhecida a ordem classificatória, serão verificados eventuais descumprimentos das vedações de participação da licitação, mediante consulta nos seguintes cadastros:

16.8 - SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao artigo 9º, III, da Lei nº 8.666/93;

16.9 - Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis;

16.10 - As consultas realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e, também, de seu sócio majoritário, por força do art.12 da Lei Federal nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

17. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

17.1 - A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, com base nos

documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação especificada neste edital.

17.2 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados nos termos do disposto no **item 10 deste edital**.

17.3 - Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, estes deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, a contar da solicitação do pregoeiro.

17.4 - Somente os documentos e anexos exigidos, mediante juízo e solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

17.5 - A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a abertura da sessão. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

18. HABILITAÇÃO JURÍDICA

Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

18.1 - Registro no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresário individual ou sociedade empresária;

18.2 - Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;

18.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no órgão correspondente;

18.4 - Documentos que indiquem os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social em vigor, no caso das demais sociedades;

18.5 - Cópia do decreto de autorização para que se estabeleçam no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.

19. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

19.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

19.2 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual ou Municipal, conforme o caso, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

19.3 - **Prova de regularidade para com a Seguridade Social e a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 8.212/91, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União;

19.4 - **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual**, através da apresentação de **Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS)** expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal, e da **Certidão da Dívida Ativa Estadual** comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal(tais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei;

19.5 - **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal**, através da apresentação de **Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS)** expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da **Certidão da Dívida Ativa Municipal** comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;

19.6 - Para as empresas sediadas no Estado do Rio de Janeiro, as Certidões da Dívida Ativa Estadual deverão ser as expedidas, pela Procuradoria-Geral do Estado;

19.7 - Para as empresas não sediadas no Estado do Rio de Janeiro, o(s) documento(s) emitido(s) pela Fazenda Estadual ou do Distrito Federal, do domicílio ou sede da licitante deverá(ão) comprovar a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa ou demonstrar de outra forma documental tal situação fiscal, podendo, para tanto, estar(em) acompanhado(s) de legislação específica ou informação oficial do órgão fazendário.

19.8 - Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

19.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

20.1 - Para fins de comprovação de capacidade técnica da empresa, deverá ser apresentado, no mínimo, 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital, com clara menção da execução bem sucedida, quanto ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade do mesmo. A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição.

21. RECURSOS

21.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, dentro do prazo recursal

registrado pelo pregoeiro no Sistema Comprasnet SIASG, motivadamente manifestar, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões.

21.2 - Será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para o encaminhamento, por meio do sistema eletrônico, das razões do recurso, ficando as demais licitantes, após a apresentação das razões, intimadas a apresentar contrarrazões em igual prazo, também via sistema, contado do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

21.3 - A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

21.4 - Cabe ao pregoeiro verificar as condições de admissibilidade do recurso, no que tange à presença dos pressupostos recursais de tempestividade, legitimidade, sucumbência, motivação e interesse.

21.5 - Mantida a decisão recorrida pelo pregoeiro, o recurso será encaminhado à autoridade superior devidamente relatado.

21.6 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

21.7 - Os itens para os quais não for interposto recurso poderão ser desde logo adjudicados.

21.8 - Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, que decidirá de forma fundamentada, após a manifestação de sua decisão motivada.

21.9 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Ordenador adjudicará o objeto e homologará a licitação, caso não seja necessário o retorno da licitação à fase de lances.

22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas

no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

22.2 Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não mantiver a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

22.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

22.4 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

22.4.1 Advertência;

22.4.2 Multa:

22.4.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

22.4.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

22.4.2.3 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

22.4.2.4 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

22.4.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

22.4.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

22.4.5 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

22.4.6 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente com sanções diferentes, na forma do art. 87, §2º da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

22.4.7 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

22.4.8 De acordo com o item 14 - DOS PRAZOS E NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇOS, a CONTRATADA, deverá atender aos chamados classificados de acordo com a tabela específica de prazos. Caso a CONTRATADA, não cumpra os prazos estabelecidos, estará sujeita a multa, após o efetivo exercício direito ao contraditório e da ampla defesa, por parte do CONTRATADO, de acordo com tabela específica abaixo, em até o valor de 10% do valor mensal contratado para o módulo envolvido no evento:

EVENTO	PRAZO	MULTA POR EVENTO
--------	-------	------------------------

Instalação:	2 dias	3,3%
Manutenção Corretiva:	8 horas	2%
Abastecimento de Suprimentos:	4 horas	1%
Remanejamento de equipamentos:	24 horas	2%
Implantação total do projeto:	45 dias úteis	10%

23. INSTRUMENTO DE AJUSTE

23.1 - A licitante vencedora será convocada para celebração do contrato, nos termos da minuta constante do ANEXO IV deste edital.

23.2 - Quando do comparecimento da empresa para assinatura do contrato, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

23.3 - A licitante vencedora ficará obrigada a, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, entregar o contrato devidamente assinado pelo representante legal. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Município de Nova Friburgo.

23.4 - Como condição para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital, as quais serão verificadas novamente no momento da assinatura do termo.

23.5 - Caso a licitante vencedora não compareça para assinatura do instrumento contratual, estará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a desistente às penalidades cabíveis, previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das multas estabelecidas neste edital, no contrato e das demais cominações legais.

23.6 - Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o pregoeiro realizará a reabertura do pregão, examinando as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda

ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, conforme previsto nos incisos XXXIII e XVI, do artigo 4º da Lei Federal 10.520/02.

24. FORMA E LOCAIS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

24.1 - Abaixo se encontram os endereços onde ocorrerá a prestação dos serviços, cujos endereços estão sujeitos a alteração:

SECRETARIA	LOCAL	BAIRRO	ENDEREÇO	CEP
Controladoria Geral	Diversos setores	Centro	Av. Alberto Braune 225	28613-001
Fundação D. João VI	Gabinete	Centro	Praça Getúlio Vargas 71	28610-175
Procuradoria Geral do Município	Administrativo / Diversos Setores	Centro	Av. Alberto Braune 225	28613-001
Secretaria de Gabinete do Prefeito	Administrativo / Diversos Setores	Centro	Av. Alberto Braune 225	28613-001
Secretaria de Governo	Administrativo / Diversos Setores	Centro	Av. Alberto Braune 225	28613-001
Secretaria Municipal da Casa Civil EGCP	Administrativo / Diversos Setores	Centro	Av. Alberto Braune 224	28613-000
Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude	Casa dos Conselhos	Paissandú	Rua José Tessarolo dos Santos 70	28624-140
Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude.	Centro de Referência da Mulher	Centro	Av. Alberto Braune 223	28613-001
Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude.	Centro de Cidadania LGBTI	Centro	Av. Alberto Braune 223	28613-001
Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude.	Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso	Mury	Rua Prof. Rosa Ramos Bussinger S/N	28615-490
Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude.	CRAS Conselheiro Paulino	Conselheiro Paulino	Rua Antenor Fernandes Souza 08	28635-495
Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e	Conselho Tutelar I	Centro	Rua José Tessarolo dos Santos 70	28624-140

Políticas Públicas para a Juventude.				
Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude.	Conselho Tutelar II	Conselheiro Paulino	Rua Antenor Fernandes Souza 08	28635-495
Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude.	CRAS Centro	Centro	Rua Mac Niven 04	28613-220
Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude.	CRAS Olaria	Olaria	Av. Julio Antonio Thuler 430	28623-000
Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude.	CREAS	Centro	Rua Carlos Magno 26	28610-005
Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude.	CRAS Campo do Coelho	Campo do Coelho	Av. Antonio Mario de Azevedo 13156	28600-000
Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude.	Espaço de Convivência	Centro	Av. Galdino do Valle Filho 151 (Clube de Xadrez)	28624-010
Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude.	Administrativo	Centro	Av. Alberto Braune 224	28613-000
Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para a Juventude.	Administrativo	Centro	Av. Alberto Braune 224	28613-000
Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissionalizante e Superior.	Administrativo	Centro	Av. Alberto Braune 223	28613-001
Secretaria Municipal de Cultura	Administrativo	Centro	Praça Getulio Vargas 89	28610-175
Secretaria Municipal de Cultura	Teatro	Centro	Praça do Suspiro S/N	28624-490

Secretaria Municipal de Cultura	Oficina Escola	Centro	Praça Getulio Vargas 89	28610-175
Secretaria Municipal de Cultura	Biblioteca	Centro	Rua Farinha Filho S/N	28610-280
Secretaria Municipal de Defesa Civil	Administrativo	Centro	Av. Alberto Braune 224	28613-000
Secretaria Municipal de Educação	Administrativo	Centro	Av. Alberto Braune 224	28613-000
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	Administrativo / Diversos Setores	Centro	Av. Alberto Braune 225	28613-001
Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão	Administrativo / Diversos Setores	Centro	Av. Alberto Braune 225	28613-001
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística	Administrativo / Diversos Setores	Centro	Av. Alberto Braune 225	28613-000
Secretaria Municipal de Obras	Administrativo / Diversos Setores	Centro	Av. Alberto Braune 225	28613-001
Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana	Administrativo / Diversos setores	Olaria	Rua Vicente Sobrinho 80	28623-400
Secretaria Municipal de Política Sobre Drogas	Gabinete	Centro	Praça Getulio Vargas 92 - 4 andar	28610-175
Secretaria Municipal de Saúde	ESF Amparo	Amparo	Rua Rivail Gripp 75	28605-980
Secretaria Municipal de Saúde	Campo do Coelho	Campo do Coelho	Estrada Friburgo Teresópolis	28630-000
Secretaria Municipal de Saúde	Centenário	Centenário de Salinas	Centenário de Salinas S/N	28600-000
Secretaria Municipal de Saúde	Lumiar	Lumiar	Rua Guilherme Eugênio Spitz S/N	28616-970
Secretaria Municipal de Saúde	Mury	Mury	Av. Hamburgo (em frente ao nº 1003)	26615-230
Secretaria Municipal de Saúde	Nova Suíça	Nova Suíça	Rua Moises Moraes Filho	28605-736
Secretaria Municipal de Saúde	Olaria I	Olaria	Rua Xingu 92 - Alto de Olaria	28620-310
Secretaria Municipal de Saúde	Olaria II	Olaria	Rua Espírito Santo 09	28623-360
Secretaria Municipal de Saúde	Olaria III	Olaria	Rua Augusto Nicolau Rodrigues 59	28600-000
Secretaria Municipal de Saúde	Rio Bonito	Rio Bonito	Rio Bonito da Praça	28600-000
Secretaria Municipal de Saúde	Riograndina	Riograndina	Praça N.S. do Rosário S/N	28634-485
Secretaria Municipal de Saúde	São Lourenço	São Lourenço	Estrada São Lourenço S/N	28600-000
Secretaria Municipal de Saúde	São Pedro da Serra	São Pedro da Serra	Rua Rodrigues Alves S/N	28616-503
Secretaria Municipal de Saúde	Stucky	Stucky	Estrada do Stucky S/N	28600-000
Secretaria Municipal de Saúde	ESF Terra Nova	Cons. Paulino	Rua Eugênia de Almeida Maia nº 110 - Area F 2 - Conselheiro Paulino	28600-000
Secretaria Municipal de Saúde	Vargem Alta	Vargem Alta	Estrada João Heringer S/N	28616-055

Secretaria Municipal de Saúde	Varginha	Varginha	Rua Francisco Lopes 178	28616-200
Secretaria Municipal de Saúde	USB São Geraldo	São Geraldo	Rua Antonio Augusto dos Reis Junior S/N	28630-000
Secretaria Municipal de Saúde	Policlínica Norte	Conselheiro Paulino	Rua José Ernesto Knust 174	28635-495
Secretaria Municipal de Saúde	Policlínica Centro	Centro	Rua Plínio Casado S/N	28624-500
Secretaria Municipal de Saúde	CAISMICA	Olaria	Rua Vicente Sobrinho S/N	28623-400
Secretaria Municipal de Saúde	Cordoeira	Cordoeira	Rua Darcília dos Santos S/N	28613-750
Secretaria Municipal de Saúde	CAPS I	Centro	Não definido	
Secretaria Municipal de Saúde	CAPS	Centro	Av. Comandante Bitencourt 142	28624-000
Secretaria Municipal de Saúde	Conselho Municipal de Saúde	Centro	Rua Augusto Cardoso 62	28610-050
Secretaria Municipal de Saúde	Hospital Municipal Raul Sertã	Centro	Rua General Osório 324	28624-630
Secretaria Municipal de Saúde	Maternidade	Centro	Rua Antonio, travessa Fernandes 12	28610-410
Secretaria Municipal de Serviços Públicos	Administrativo	Centro	Av. Alberto Braune 224	28613-000
Secretaria Municipal de Turismo	Centro de Turismo	Centro	Praça Demerval Barbosa Moreira S/N	28600-000
Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenv. Urbano Sustentável	Administrativo	Centro	Av. Alberto Braune 224	28613-000
Subprefeitura de Campo do Coelho	Administrativo	Campo do Coelho	Rua Jones Mendes Muniz, s/n	28630-595
Subprefeitura de Conselheiro Paulino	Administrativo	Prado	Rua Pacheco do Almo, s/n	28635-130
Subprefeitura de Olaria e Conego	Administrativo	Olaria	Av. Julio Antônio Thurler, 96	28620-000
Subprefeitura de Lumiar e São Pedro da Serra	Administrativo	São Pedro da Serra	Rua Guilherme Eugênio Spitz, s/n (Próximo ao DPO)	28615-450

24.2 FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

24.2.1 Os serviços serão prestados diariamente, conforme a necessidade do requerente;

24.2.2 Os equipamentos deverão ser fornecidos com placas, dispositivos, softwares, instalados, configurados, com manual e painel de operação em português (Brasil);

24.2.3 O valor mensal devido será calculado, conforme estipulado no item 22 - DO PAGAMENTO – DO Termo de Referência correlato;

24.2.4 Os valores de multas poderão ser deduzidos dos valores devidos, conforme previsto neste Instrumento Convocatório do item 23;

24.2.5 Para a impressões em papel tipo A3 será considerado, para níveis de consumo, a conversão, em que a impressão em um papel tipo A3 represente duas impressões em papel tipo A4.

24.3 SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

24.3.1 Os serviços serão prestados diariamente, conforme a necessidade do requerente;

24.3.2 A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do contrato, sendo que será considerado o início do serviço após a conclusão da instalação e configuração do equipamento no local onde estará alocado, sendo neste momento constatado recebimento de serviço provisório, após o período de recebimento de serviço provisório o serviço será recebido definitivamente;

24.3.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo de Referência e na proposta;

24.3.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

24.3.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não inclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

25. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

25.1 - O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- CND – Certidão de Nada Consta (junto a Receita Estadual);

- Certidão Negativa da Dívida Ativa (Procuradoria Geral do Estado);
- Certidão Negativa de Débitos Municipais.

25.2 O pagamento será efetuado mensalmente, mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela CONTRATADA, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados. Os documentos fiscais deverão estar separados, sendo um para LOCAÇÃO e outro para EXCEDENTE DA FRANQUIA, conforme Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 e será creditado em nome da CONTRATADA, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital, obedecendo aos critérios do Decreto Municipal 258/18;

25.3 O valor de página excedente será de 45% por página impressa do valor unitário único por tipo de impressão (monocromática e policromática), que deverá ser sempre inferior ao menor valor unitário de página impressa dentro da franquía mensal, visto que a amortização já ocorreu no custo da página impressa dentro da franquía.

25.4 Somente haverá compensação na fatura do último mês de cada semestre contratual quando tiver pagamento de excedente de páginas impressas além da franquía mensal durante o respectivo período.

25.5 A cada mês, para fins de faturamento, deve haver a apuração mensal do saldo. Se o saldo do mês for negativo (ou seja, de CRÉDITOS), deverá ser pago o valor da FRANQUIA MENSAL. Caso o saldo seja positivo (ou seja, de EXCEDENTE), o órgão deve pagar a FRANQUIA MENSAL acrescida do valor EXCEDENTE gerado no respectivo mês.

25.6 Caso seja constatado, a cada análise semestral, que o volume realizado/produzido não esteja atingindo o volume da franquía estipulada para o semestre, o órgão deve reavaliar o dimensionamento do contrato, seja revisando a estimativa de páginas impressas, a quantidade de impressoras ou sua melhor distribuição.

25.6.1 Se essa diferença for recorrente, proveniente de uma tendência de baixa

ou mudança no perfil do consumo, o órgão deve aditivar o contrato visando consolidar esta mudança, de modo que não ocorra de forma reiterada o pagamento por páginas não produzidas, devendo ainda ser observados os limites estabelecidos no art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – vide item 22.8 do referido Termo de Referência.

25.6.2 Durante a compensação ao final de cada semestre contratual são previstos cinco cenários possíveis de ocorrer (vide Anexo I), dentro de duas situações principais, com a respectiva forma de cálculo, conforme exemplificado abaixo. O Anexo II apresenta uma planilha modelo de compensação semestral de franquia, exemplificando a aplicação das fórmulas, e a Tabela 1 traz uma legenda para as variáveis envolvidas nos cálculos.

LEGENDA

Franquia mensal	Soma das franquias dos tipos de equipamentos (mesmo quando houver mais de um tipo: Tipo I + Tipo II + Tipo III...), separando-se por tipo de impressão (monocromáticas ou policromáticas)... (em páginas)
Valor fixo da franquia mensal	Soma dos valores das franquias dos tipos de equipamentos (mesmo quando houver mais de um tipo: Tipo I + Tipo II + Tipo III...), separando-se por tipo de impressão (monocromáticas ou policromáticas)... (em R\$)
ΣF	Somatório das franquias mensais no semestre, separando-se monocromática e policromática (em páginas)
ΣP	Somatório das páginas impressas/copiadas no semestre ou volume produzido (em páginas)
ΣVE	Somatório do Valor Excedente no semestre, ou seja, soma dos valores pagos por produção excedente à franquia em cada mês (em R\$)
ΔExc	Delta Excedente ($\Delta Exc = \Sigma P - \Sigma F$), ou seja, a diferença entre o somatório das páginas efetivamente impressas e o somatório das franquias mensais dentro do semestre da compensação (em páginas)
Valor ΔExc	Valor Delta Excedente (Valor $\Delta Exc = \Delta Exc * \text{Valor Unitário Excedente}$), ou seja, o valor calculado da diferença excedente (volume produzido menos volume da franquia) que será aplicado na fórmula da redução (em R\$)

Redução	Valor da Redução = $\sum VE - \text{Valor } \Delta \text{ Exc}$, ou seja, a diferença entre o somatório do Valor Excedente e o Valor Delta Excedente (em R\$). Esse valor será usado na fórmula do Novo Valor a ser pago. Importante lembrar que só existirá redução se houver produção de excedente de páginas durante o semestre.
Novo Valor a ser pago	Novo Valor a ser pago = Valor do último mês (da compensação semestral) - Valor da Redução (em R\$), ou seja, é a consolidação da compensação propriamente dita dentro do semestre, onde será descontado do último mês de cada ciclo semestral o valor referente à Redução calculada anteriormente. Cabe ressaltar que o “Novo Valor a ser pago” é o valor que será faturado.

Tabela 1 – Legenda das variáveis para cálculo da compensação de franquia no semestre

25.7 Situação 1: $\sum F \geq \sum P$, ou seja, se o somatório das franquias mensais ($\sum F$, que corresponde à franquia de cada mês multiplicada por 6) for igual ou maior que o somatório de páginas produzidas ($\sum P$) dentro do respectivo semestre:

Cenário 1 – Caso o volume produzido no semestre seja inferior à soma das franquias mensais do mesmo período não haverá compensação, pois não há geração de excedente, devendo ainda ser observados os dispostos nos itens 22.5 e 22.6 do Termo de Referência correlato;

Cenário 2 – Caso haja produção de excedente em alguns meses, mas o somatório de páginas produzidas seja inferior em relação ao somatório das franquias mensais, além da observância ao disposto nos itens 22.5 e 22.6, será descontado no último mês do respectivo semestre o valor referente à redução, através da fórmula: Novo Valor a ser pago = Valor do último mês (da compensação semestral) - Valor da Redução;

Cenário 3 – Esse cenário é uma excepcionalidade do cenário anterior, onde o Valor da Redução seja superior ao valor do último mês do semestre contratual. O novo valor a ser pago será calculado conforme a mesma fórmula anterior: Novo Valor a ser pago = Valor do último mês (da compensação semestral) - Valor da Redução. Entretanto, deverá ser emitida uma Guia de Recolhimento da União (GRU) para que o fornecedor faça a devida compensação do pagamento (ii). Como a soma das páginas produzidas no semestre continua inferior à soma das franquias mensais,

continuam válidos os dispostos nos itens 22.5 e 22.6 do Termo de Referência correlato.

i. Caso o órgão opte por finalizar a compensação no próximo semestre (ou seja, sem recolhimento de GRU e deixando restos a compensar para o próximo semestre), deverá fazer a compensação no primeiro mês subsequente. Todavia, deve atentar, neste caso, ao correto procedimento contábil para abatimento do valor da compensação proveniente de semestre anterior.

ii. Ressalta-se que, como só existe compensação mediante geração de excedente de páginas, não há que se falar em “enriquecimento ilícito” da Administração Pública. Em todos os meses a amortização do ativo do fornecedor é garantida através do pagamento mínimo da franquia mensal, mesmo que órgão não imprima a sua totalidade, incluindo-se ainda os pagamentos de excedentes mensais que vierem a ocorrer. A única diferença neste caso é que o valor da redução, referente à compensação, fica maior do que o valor que seria pago no último mês, acarretando o recolhimento da GRU para o fechamento do ciclo de compensação sem deixar restos a compensar para o próximo ciclo semestral.

25.8 Situação 2: $\sum F < \sum P$, ou seja, se o somatório das franquias mensais ($\sum F$, que corresponde à franquia de cada mês multiplicada por 6) for menor que o somatório de páginas produzidas ($\sum P$) no respectivo semestre:

Cenário 4 – Caso haja produção de excedente em alguns ou todos os meses, o somatório de páginas produzidas seja superior ao somatório da franquia e o Valor Excedente seja igual ao Valor delta Excedente ($\sum VE - \text{Valor } \Delta \text{Exc} = 0$), então se deve observar o disposto no item 22.5 e não há compensação, pois não há valor a ser reduzido ao final da compensação.

Cenário 5 – Caso haja produção de excedente em alguns ou todos os meses, o somatório de páginas produzidas seja superior ao somatório da franquia e o Valor Excedente seja maior que o Valor delta Excedente ($\sum VE - \text{Valor } \Delta \text{Exc} > 0$), então se deve observar o disposto no item 22.5 e a compensação ocorrerá no último mês do

respectivo semestre, onde será descontado o somatório dos valores excedentes, através da fórmula: Novo Valor a ser pago = Valor do último mês (da compensação semestral) - Valor da Redução.

Cenários de compensação semestral para outsourcing de impressão

CENÁRIO 1 - ($\Sigma F > \Sigma P$) O volume produzido no semestre é menor que o somatório das franquias mensais para o semestre. Não há redução, haja vista não ter havido excedente no período da compensação.

	Franquia Mensal	Produzido	Valor Franquia	Valor Excedente	Valor Pago		
Mês 1	6000	4500	R\$ 600,00	R\$ -	R\$ 600,00		
Mês 2	6000	4500	R\$ 600,00	R\$ -	R\$ 600,00		
Mês 3	6000	5000	R\$ 600,00	R\$ -	R\$ 600,00		
Mês 4	6000	5500	R\$ 600,00	R\$ -	R\$ 600,00		
Mês 5	6000	5500	R\$ 600,00	R\$ -	R\$ 600,00	Redução	Novo Valor a ser pago
Mês 6	6000	5000	R\$ 600,00	R\$ -	R\$ 600,00	R\$ -	R\$ 600,00
Total	36000	30000	R\$ 3.600,00	R\$ -	Total a ser pago	R\$ 3.600,00	($\Sigma P / \Sigma F$) 83%
Δ Exc		-6000					
Valor Δ Exc		R\$ -					

Obs.: Nesse caso, como além da franquia não ter sido atingida em nenhum mês e o produzido menor que a franquia para o respectivo semestre. Sendo assim, o dimensionamento do contrato deve ser reavaliado

CENÁRIO 2 - ($\Sigma F > \Sigma P$) Órgão supera a franquia mensal em alguns meses, mas o somatório de páginas produzidas é inferior ao somatório das franquias mensais no período de compensação. Entretanto há redução, pois houve excedente de páginas no período ($\Sigma VE - \text{Valor } \Delta \text{ Exc} > 0$)

	Franquia Mensal	Produzido	Valor Franquia	Valor Excedente	Valor Pago		
Mês 1	6000	4000	R\$ 600,00	R\$ -	R\$ 600,00		
Mês 2	6000	4500	R\$ 600,00	R\$ -	R\$ 600,00		
Mês 3	6000	5000	R\$ 600,00	R\$ -	R\$ 600,00		
Mês 4	6000	6000	R\$ 600,00	R\$ -	R\$ 600,00		
Mês 5	6000	7500	R\$ 600,00	R\$ 105,00	R\$ 705,00	Redução	Novo Valor a ser pago
Mês 6	6000	8000	R\$ 600,00	R\$ 140,00	R\$ 740,00	R\$ 245,00	R\$ 495,00
Total	36000	35000	R\$ 3.600,00	R\$ 245,00	Total a ser pago	R\$ 3.600,00	($\Sigma P / \Sigma F$) 97%
Δ Exc		-1000					
Valor Δ Exc		R\$ -					

Obs.: como $\Delta \text{ Exc} < 0$, não existe Valor $\Delta \text{ Exc}$

CENÁRIO 3 - ($\Sigma F > \Sigma P$) Órgão supera a franquia em alguns meses e o somatório do volume produzido é inferior ao somatório das franquias mensais no semestre, todavia o Novo Valor a ser pago no último mês da compensação semestral é menor que o valor da franquia (Opção recolhimento GRU)

	Franquia Mensal	Produzido	Valor Franquia	Valor Excedente	Valor Pago		
Mês 1	6000	1000	R\$ 600,00	R\$ -	R\$ 600,00		
Mês 2	6000	9500	R\$ 600,00	R\$ 245,00	R\$ 845,00		
Mês 3	6000	8000	R\$ 600,00	R\$ 140,00	R\$ 740,00		
Mês 4	6000	1000	R\$ 600,00	R\$ -	R\$ 600,00		
Mês 5	6000	9500	R\$ 600,00	R\$ 245,00	R\$ 845,00	Redução	Novo Valor a ser pago GRU
Mês 6	6000	6000	R\$ 600,00	R\$ -	R\$ 600,00	R\$ 630,00	R\$ 30,00
Total	36000	35000	R\$ 3.600,00	R\$ 630,00	Total a ser pago	R\$ 3.600,00	($\Sigma P / \Sigma F$) 97%
Δ Exc		-1000					
Valor Δ Exc		R\$ -					

Obs.: como $\Delta \text{ Exc} < 0$, não existe Valor $\Delta \text{ Exc}$

CENÁRIO 4 - ($\Sigma F < \Sigma P$) Órgão na maioria dos meses supera a franquia, o somatório do volume produzido no período da compensação é maior que o somatório das franquias mensais, entretanto não há Redução, pois o Valor do Excedente é igual ao Valor delta excedente ($\Sigma VE - \text{Valor } \Delta \text{ Exc} = 0$)

	Franquia Mensal	Produzido	Valor Franquia	Valor Excedente	Valor Pago		
Mês 1	6000	7000	R\$ 600,00	R\$ 70,00	R\$ 670,00		
Mês 2	6000	6500	R\$ 600,00	R\$ 35,00	R\$ 635,00		
Mês 3	6000	6000	R\$ 600,00	R\$ -	R\$ 600,00		
Mês 4	6000	6000	R\$ 600,00	R\$ -	R\$ 600,00		
Mês 5	6000	7500	R\$ 600,00	R\$ 105,00	R\$ 705,00	Redução	Novo Valor a ser pago
Mês 6	6000	8000	R\$ 600,00	R\$ 140,00	R\$ 740,00	R\$ 0,00	R\$ 740,00
Total	36000	41000	R\$ 3.600,00	R\$ 350,00	Total a ser pago	R\$ 3.950,00	($\Sigma P / \Sigma F$) 114%
Δ Exc		5000					
Valor Δ Exc		R\$ 350,00					

CENÁRIO 5 - ($\Sigma F < \Sigma P$) Órgão supera a franquia em alguns meses e o somatório do volume produzido supera o somatório das franquias mensais no período de compensação. Há Redução, haja vista que o Valor do Excedente gerado é maior que o Valor Delta Excedente ($\Sigma VE - \text{Valor Delta Excedente}$) > 0

	Franquia Mensal	Produzido	Valor Franquia	Valor Excedente	Valor Pago		
Mês 1	6000	3500	R\$ 600,00	R\$ -	R\$ 600,00		
Mês 2	6000	6500	R\$ 600,00	R\$ 35,00	R\$ 635,00		
Mês 3	6000	6000	R\$ 600,00	R\$ -	R\$ 600,00		
Mês 4	6000	5000	R\$ 600,00	R\$ -	R\$ 600,00		
Mês 5	6000	7500	R\$ 600,00	R\$ 105,00	R\$ 705,00	Redução	Novo Valor a ser pago
Mês 6	6000	8000	R\$ 600,00	R\$ 140,00	R\$ 740,00	R\$ 245,00	R\$ 495,00 ($\Sigma P / \Sigma F$)
Total	36000	36500	R\$ 3.600,00	R\$ 280,00	Total a ser pago	R\$ 3.635,00	101%
ΔExc		500					
Valor ΔExc		R\$ 35,00					

LEGENDA			
ΣF	Somatório das Franquias Mensais (em páginas)	*Franquia Mensal = somas das franquias individuais dos tipos de equipamentos, separando-se monocromáticas e policromáticas	
ΣP	Somatório das páginas produzidas (em páginas)		
ΣVE	Somatório Valor Excedente (em R\$)		
ΔExc	Delta Excedente (em páginas)	$\Delta \text{Exc} = \Sigma P - \Sigma F$ (diferença entre o somatório produzido e o somatório das franquias no semestre)	
Valor ΔExc	Valor Delta Excedente (em R\$)	Valor $\Delta \text{Exc} = \Delta \text{Exc} * \text{Valor Unitário Excedente}$	
Redução	Valor da Redução (em R\$)	Valor da Redução = $\Sigma VE - \text{Valor Delta Excedente}$	
Novo Valor a ser pago (em R\$)		Novo Valor a ser pago = Valor mensal do último mês da apuração semestral - Valor da Redução	

PLANILHA MODELO PARA COMPENSAÇÃO DE FRANQUIA DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO - Compensação Semestral

*Campos a serem preenchidos estão na cor branca

Quantidade de páginas contratadas na franquia mensal		6000								1 - Insira a quantidade	
Valor fixo da Franquia Mensal		R\$ 600,00								2 - Insira o valor fixo	
Valor da página impressa Excedente à Franquia Mensal		0,07								3 - Insira o valor a ser pago	
	Franquia Mensal	Produzido	Valor Franquia	Valor Excedente	Valor mensal						4 - Preencha a coluna
Mês 1	6000	6412	R\$ 600,00	R\$ 28,84	R\$ 628,84						5 - O valor a ser pago
Mês 2	6000	5412	R\$ 600,00	R\$ -	R\$ 600,00						6 - No último mês do
Mês 3	6000	6104	R\$ 600,00	R\$ 7,28	R\$ 607,28						apresentado no campo
Mês 4	6000	4953	R\$ 600,00	R\$ -	R\$ 600,00						gerar uma Guia de Rec
Mês 5	6000	9524	R\$ 600,00	R\$ 246,68	R\$ 846,68	Redução	Novo Valor a ser pago				
Mês 6	6000	9863	R\$ 600,00	R\$ 270,41	R\$ 870,41	R\$ 114,45	R\$ 755,96				
Total	36000	42268	R\$ 3.600,00	R\$ 553,21	TOTAL A SER PAGO		R\$ 4.038,76				
Delta Excedente (Δ Exc = Σ P - Σ F)		6268									
		R\$ 438,76									

INSTRUÇÕES:

- 1 - Insira a quantidade mensal de páginas contratadas (Campo D3)
- 2 - Insira o valor fixo da franquia mensal contratado (Campo D4)
- 3 - Insira o valor a ser pago por página excedente contratado (Campo D5)
- 4 - Preencha a coluna de quantidade de páginas produzidas em cada mês (Coluna C)
- 5 - O valor a ser pago mensalmente estará na coluna "Valor Mensal"
- 6 - No último mês do período de compensação (Mês 6) o valor a ser pago será o resultado apresentado no campo "Novo Valor a ser pago". Se esse valor estiver negativo, o órgão deverá gerar uma Guia de Recolhimento da União (GRU) a ser recolhida pela empresa contratada.

ΣF	Somatório das Franquias Mensais (em páginas)	*Franquia Mensal = somas das franquias dos tipos de equipamentos, separando-se monocromáticas e policromáticas	
ΣP	Somatório das páginas produzidas no semestre (em páginas)		
ΣVE	Somatório Valor Excedente (R\$)		
ΔExc	Delta Excedente (páginas)	$\Delta \text{Exc} = \Sigma P - \Sigma F$ (diferença entre o somatório produzido e o somatório das franquias mensais no semestre)	
Valor ΔExc	Valor Delta Excedente (R\$)	Valor $\Delta \text{Exc} = \Delta \text{Exc} * \text{Valor Unitário Excedente}$	
Redução	Valor da Redução (R\$)	Valor da Redução = $\Sigma VE - \text{Valor Delta Excedente}$	
Novo Valor a ser pago (R\$)		Novo Valor a ser pago = Valor mensal do último mês da apuração semestral - Valor da Redução	

Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão "Manual de Boas Práticas, orientações e vedações para contratação de serviços de outsourcing de impressão".

- 25.9** Importante ressaltar que devem ser respeitados os limites de acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) definidos no art. 65, inciso II, § 1º da Lei nº 8.666, de 1993, exceto quando houver acordo celebrado entre as partes e previsto em contrato, conforme estabelecido no art. 65, inciso II, § 2º da mesma Lei.
- 25.10** A administração realizará negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação;
- 25.11** O pagamento ocorrerá de acordo com a quantidade de impressoras em funcionamento e instaladas;

26. DA VISTORIA

26.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, devendo agendar suas visitas pelos telefones disponíveis;

26.2 O prazo para a realização da vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior a data prevista para a realização da mesma;

26.3 Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado, demonstrando os documentos que outorgam-lhes poderes para representar a empresa, bem como entregar cópia de documento de identificação com foto além de apresentar o original;

26.4 A visita técnica poderá ser substituída por declaração expressa do licitante afirmando ter pleno conhecimento do projeto, neste caso ficará ciente de que não poderá alegar desconhecimento de circunstâncias que influenciem na execução do projeto, com reflexo nos respectivos custos e preços.

27. CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL

27.1 - Qualquer pedido de esclarecimento ou de impugnação deverá ser enviado eletronicamente ao pregoeiro no endereço pregaoeletronico.friburgo@gmail.com até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada no edital para abertura da sessão pública.

27.2 - O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimento até o dia útil anterior à data de abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

27.3 - A impugnação não possui efeito suspensivo e a decisão, que será proferida até o dia útil anterior à data de abertura do certame.

27.4 - As respostas aos pedidos de esclarecimento e de impugnação serão

divulgadas concomitantemente nos endereços eletrônicos <https://novafriburgo.rj.gov.br/licitacao> e <https://www.gov.br/compras> para conhecimento geral e dos interessados em participar da licitação, e vincularão os participantes e o Município de Nova Friburgo quanto ao seu conteúdo.

27.5 - É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

27.6 - No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, para sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

27.7 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

27.8 - O Município de Nova Friburgo poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público fundado em fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame, se constatado vício no seu processamento.

27.9 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

27.10 - O acompanhamento dos resultados das fases desta licitação poderá ser feito através dos endereços eletrônicos www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao ou <https://www.gov.br/compras>.

27.11 - Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, com auxílio da equipe de

apoio.

27.12 - O Município de Nova Friburgo e as licitantes do certame elegem o foro do Município de Nova Friburgo para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente edital.

Nova Friburgo, 02 de maio de 2022.

André Luiz Montechiari Lobosco

Secretário Municipal de Finanças,
Planejamento, Desenvolvimento Econômico e
Gestão
Matr.: 06.2957